



**AENA**  
**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO RURAL**



**RELATÓRIO ANUAL 2017**

**Até 2021 ver as comunidades rurais autónomas com meios de vida resilientes, vivendo numa sociedade justa com equidade de género e ambiente saudável, gerindo a terra e os recursos naturais de forma sustentável e participativa".**

---

## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

---

AC	Agricultura de Conservação
AENA	Associação Nacional de Extensão Rural
AGIR	Ações para uma Governação Inclusiva e Responsável
AGRA	Agência para Revolução Verde em África
AGRIMULHER	Projecto de Geração e Gestão de Rendimentos por Mulheres
APADEC	Associação de Paralegais para Desenvolvimento Comunitário
CARE	Agência Americana para o Desenvolvimento
CGRN	Comité de Gestão de Recursos Naturais
CPI	CounterPart International
DIPREME	Direcção Provincial dos Recursos Mineirais e Energia
DPASA	Direcção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar
DPEF	Direcção Provincial de Economia e Finanças
DPIC	Direcção Provincial de Indústria e Comércio
DPGCAS	Direcção Provincial do Género Criança e Acção Social
DPTADER	Direcção Provincial de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
EMC/FFS	Escola na Machamba do Campones
FOCADE	Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado
FONAGNI	Fórum das Organizações Não Governamentais de Niassa
FONGZA	Fórum das Organizações Não Governamentais da Zambézia
HMY	Empresa Chinesa de Exploração de areias pesadas em Angoche
ITC-F	Iniciativa de Terras Comunitárias, Fundação
LG	Projecto de Parcerias Estratégicas para Governação de Terras
KENMARE	Empresa Australianda de Exploração de areias pesadas de Moma
KULIMA	Organismo para Desenvolvimento Integrado
OfD	Programa de Petróleo para o Desenvolvimento financiado pela Noruega

OSC's	Organizações da Sociedade Civil
OXFAM	Confederação de 21 Organizações para o Desenvolvimento
NACC	Projecto de Adaptação a Mudanças Climáticas em Nampula
NACE	Componente de Agricultura Recursos Naturais Ambiente e Mudanças Climáticas do Programa AGIR
NKUTANO	Fórum Nacional de Advocacia para Indústria Extractiva
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PCBG	Programa de Parcerias Cívica para Boa Governação
PERSE	Plano Estratégico da Responsabilidade Social Empresarial
PIB	Produto Interno Bruno
PDOSC	Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil de Moma/Larde
PIE	Plataforma da Indústria Extractiva
PPOSC-N	Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula
PRONEA-PSP	Programa Nacional de Extensão Agrário
P&S	Programa dos Arquipelagos das Ilhas Primeiras e Segundas
SALL	Projecto de Agricultura Sustentável
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDEJT	Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviços Distritais de Planificação e Infraestruturas
SOLDMOZ	Solidariedade Moçambique, Associação de Desenvolvimento Sustentável
SPER	Serviços Provinciais de Extensão Rural
UCODIN	Unidade de Coordenação para Desenvolvimento Integrado de Nampula
SPP	Serviços Provinciais de Pecuária
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
We Effect	Agência Sueca para o Desenvolvimento
WWF	Fundo Mundial da Natureza

## Índice:

---

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....</b>	<b>2</b>
<b>A. INFORMAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
<b>B. ANÁLISE DO CONTEXTO .....</b>	<b>6</b>
<b>C. OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS .....</b>	<b>8</b>
<b>I. Objectivos.....</b>	<b>8</b>
<b>a. Objectivos do Plano Estratégico 2017-2021 .....</b>	<b>8</b>
<b>D. SUMÁRIO EXECUTIVO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1. RESULTADOS ALCANÇADOS POR PILAR ESTRATÉGICO</b>	<b>10</b>
<b>I. SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E ECONÓMICA (SANE) ...</b>	<b>10</b>
<b>II. PILAR DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÉNERO (IEG) .....</b>	<b>14</b>
<b>III. PILAR DE RECURSOS NATURAIS E EXTENSÃO RURAL .....</b>	<b>16</b>
<b>V. PILAR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO II. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.....</b>	<b>29</b>
<b>PROCESSOS .....</b>	<b>30</b>
<b>RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>30</b>
<b>SAÚDE DOS TRABALHADORES .....</b>	<b>31</b>
<b>AVALIAÇÃO E PROGRESSO DO PESSOAL .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO III. LICÇÕES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....</b>	<b>32</b>
<b>LICÇÕES APRENDIDAS.....</b>	<b>32</b>
<b>DESAFIOS ENFRENTADOS .....</b>	<b>33</b>
<b>OPORTUNIDADES .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO IV. ANEXOS.....</b>	<b>35</b>

**A. INFORMAÇÕES GERAIS**

---

1. Organização Responsável:

**Associação Nacional de Extensão Rural (AENA)**

**Rua dos continuadores, 753**

**Telefax (+258) 26213622, Cel. (+258) 82 7760760/843024421**

**E-mail: [aena.org.mz@hotmail.com](mailto:aena.org.mz@hotmail.com)**

**URL: [www.aena-mz.org.mz](http://www.aena-mz.org.mz)**

**Cidade de Nampula-Moçambique**

2. Título do projecto: **Plano Operacional 2017 (Primeiro ano de Implementação do Plano Estratégico 2017-2021)**

3. N° de projectos nos parceiros

*a. Embaixada da Suécia através da We Effect*

1. AGIR-NACE

*b. OXFAM*

2. LG;

3. MERCADO JUSTO

4. AGRIMULHER

*c. Aliança CARE/WWF*

5. SALL

6. NACC

d. *IFAD através do Governo de Moçambique:* PRONEA-PSP

*e. McKnigth Foundation:* 8. CCSM

f. *AGRA:* 9. Othumia

g. *ITC:* 10. Projecto de apoio ao desenvolvimento organizacional e formalização de terras comunitárias.

h. *CPI:* 11. PCBG

4. Duração dos projectos: **2, 3 e 5 anos:**

5. Período ao qual se refere o relatório: **1 de Janeiro a 31 de Dezembro 2017**

6. Data da elaboração do relatório: **10 de Janeiro de 2018**

7. Nomes dos autores:

**Jordão Matimula Júnior (Director Executivo)**

**Osvaldo Jose Caetano (Oficial de M&A)**

---

## B. ANÁLISE DO CONTEXTO

---

- **ODS e Documentos Orientadores do Estado:** Os objectivos de estratégicos programáticos da AENA em quadram-se nos ODS que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, isto é, até 2030 o que mostra que o plano estratégico da AENA considera não só as políticas e estratégias orientadoras nacionais assim como as internacionais. O facto da AENA considerar os instrumentos orientadores nacionais que estão alinhados com os internacionais, tais como o Programa Quiquenal do Governo (PQG) e não só, como também as estratégias sectoriais, mostra o cometimento da organização em contribuir para um moçambique cada vez mais integrado e sustentável. Contudo, de forma complementar e crítica na base da materialização da missão da organização vamos influenciar o cumprimento dos acordos e programas nacionais e internacionais que moçambique se predispõem à implementar.
  
- **Situação política:** Moçambique entra para o ano 2017, com grandes incertezas sobre a situação política e militar, que culminam com a insegurança social e económica das pessoas, no concernente ao estado da paz, isto porque, por um lado, o Presidente da República mostrava inconsistências nos seus discursos "*Queremos a paz verso vamos desarmar compulsivamente a Renamo*" e por outro lado, o líder da Renamo manifestava publicamente o contrario "*Ninguem vai desarmar a Renamo*". Estas situações impuseram a sociedade e aos cidadãos, enormes desafios, na medida em que foram todos chamados a dar contributo para fazer a diferenças significativas com vista a uma consolidação da paz, da harmonia e da estabilidade política em Moçambique. Paralelamente, notou-se que a paz no seio político ainda esta longe de ser alcançada sobretudo quando em pleno dia 4 de Outubro de 2017, data comemorativa da paz em Moçambique ocorre o assassinato do Presidente do Municipio de Nampula, o Dr. Mahamudo Amurane.
  
- **Situação Económica e Social:** As repercussões na economia do país foram caracterizadas pela retracção dos investimentos externos, fruto da redução da produção interna, queda das exportações, desvalorização do metical, dívidas públicas ocultas que tornaram o PIB *per capita* bastante insignificante, reduzindo-se assim o poder de aquisição dos produtos de primeira necessidade por parte das famílias rurais. A redução deveu-se a incapacidade de resposta do estado, visto que o governo foi forçado a priorizar as despesas em salários e/ou focar em enormes investimentos feitos na área da defesa para garantir a segurança da soberania do estado.

- **Situação de Agricultura:** A agricultura moçambicana continua sendo predominantemente de subsistência, caracterizando-se pelos baixos níveis de produção e de produtividade, embora continua sendo a fonte dominante de emprego para as famílias ruais. Os desafios decorrentes deste sector continuam sendo a provisão de insumos melhorados e tecnologias para uma produção sustentável, bem como, acesso e disponibilidade de água e sistemas de irrigação eficientes e eficazes. Contudo, os investimentos do sector agrário, sobretudo em seus corredores (Nacala, Beira e Vale do Zambeze) tem sido apontados como as prioridades dos vários parceiros que olham nos principais instrumentos do sector, o Plano Estratégico do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019) e o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) como orientadores para a agricultura moçambicana, aliando-se ao Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). Todavia, poucos efeitos sobre o desenvolvimento da produção e renda das famílias rurais são evidenciados devido ao fraco acesso aos serviços financeiros e o fraco controlo/baixa capacidade de negociação dos preços de produtos. Para o efeito, a AENA desencadeou acções de advocacia para organização do movimento camponês, com vista a estabelecer preços e balanças justas, revisão do PNISA para um enfoque nos pequenos camponeses, sobretudo as mulheres que constituem a maior força do trabalho na produção agrária. Tais acções foram sempre realizadas com o envolvimento das OSC's, comunicadas, governo, sector privado, mídias e parlamentares.
  
- **Recursos Naturais e Mudanças Climáticas:** o nosso país continua a registar uma grande demanda sobre a terra e os recursos naturais que na perspectiva da AENA deveriam resultar em receitas para o estado e ganhos mútuos, para a economia, para as empresas e para os cidadãos. Estas receitas poderiam fazer o *interface* entre as diferenças económicas das famílias rurais e a das classes média e alta, tornando cada vez maior e mais robusta a capacidade de adaptação e resiliência dos mais pobres. Com os ganhos dos recursos o estado poderia investir nos factores produtivos (agricultura, pesca, indústria pós-colheita), nas infraestruturas (estradas, pontes, sistemas de captação de água, furos de água e electricidade) e no desenvolvimento do capital humano (escolas técnicas e de formação profissional acessíveis para os camponeses). Todavia, o que temos vindo a presenciar são muitos megaprojectos e poucos investimentos nesses sectores, por isso a AENA tem desencadeado acções de advocacia para normalizar a gestão das receitas, garantir a implementação da responsabilidade social empresarial e a implementação dos planos de gestão ambiental, sempre tendo como partes importantes, o governo, o sector privado, os parlamentares, mídias, académicos e as proprias comunidades.

---

## C. OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

---

### I. OBJECTIVOS

#### a. Objectivos do Plano Estratégico 2017-2021

*O plano estratégico aprovado a 3 de Setembro de 2016 tem como objectivo: Contribuir para a melhoria de níveis de vida das comunidades rurais, incentivando iniciativas locais e promovendo a gestão e governação sustentável dos recursos naturais.*

**Visão:** *Até 2021 ver as comunidades rurais autónomas com meios de vida resilientes, vivendo numa sociedade justa com equidade de género e ambiente saudável, gerindo a terra e os recursos naturais de forma sustentável e participativa.*

**Missão:** *Facilitar o desenvolvimento socio-económico das comunidades rurais através do fortalecimento de capacidades, geração e partilha de conhecimentos e realização de campanhas de advocacia.*

#### b. Objectivos estratégicos

**Objectivo estratégico 1** – Contribuir para a melhoria da Segurança Alimentar, Nutricional e Económica das comunidades rurais

**Objectivo Estratégico 2:** Contribuir para que as mulheres tenham melhores condições de vida, voz activa e liderança em relações de poder igualitárias e equânimes com os homens.

**Objectivo Estratégico 3:** Influenciar a gestão e governação responsável dos Recursos Naturais e das Indústrias Extractivas.

**Objectivo Estratégico 4:** Contribuir para que homens e mulheres das comunidades rurais, governos locais e sector privado tenham consciência sobre justiça ambiental e climática.

**Objectivo Estratégico 5:** Cultura associativa, Processos Internos e Recursos Humanos

**Objectivo Estratégico 6:** Sustentabilidade técnica-financeira e marketing.

**Objectivo Estratégico 7:** Expandir de forma sustentável a organização para outras províncias.

---

## D. SUMÁRIO EXECUTIVO

---

No primeiro ano de implementação do Plano Estratégico da AENA (2017-2021), foi desenhada a meta de alcançar cerca de 88.421 beneficiários tendo-se coberto 31.892 indivíduos diretamente, dos quais 12.266 mulheres das províncias de Nampula, Cabo Delgado, Zambézia e Niassa através de 10 projectos implementados (anexo 1). Os projectos implementados estão relacionados com os principais pilares estratégicos, nomeadamente, Segurança Alimentar Nutricional e Económica (NACC, PRONEA, AGRIMULHER, OTUMIHA, MJ, CCS), o pilar de Recursos Naturais e Extensão Rural (LG, OfD, PCBG, AGIR, ITC), o pilar de Ambiente e Mudanças Climáticas (NACC, SALL, AGIR, OfD), o pilar de Desenvolvimento Organizacional (AGIR, AGRIMULHER, PCBG) e o pilar de Igualdade e Equidade de Género que integra todos os outros pilares. Foi previsto o orçamento estratégico para o ano 1, portanto 2017 um montante de cerca de **1, 884, 034.69 USD**, no entanto, os fundos recebidos no mesmo ano foram cerca de **90, 498, 705.54 MZN**, o equivalente a **1, 508, 311.76 USD**, portanto 80% do valor planificado. Dos parceiros de financiamento, o maior contribuinte foi a OXFAM com cerca de 47%, seguido do AGRA e da CARE ambos com 18% e 10% respectivamente. Os outros parceiros com contribuição relevante para o plano e orçamento da AENA foram a We Effect com 7%, seguido do Governo, WWF, CPI, McKnight e da AENA com cerca de 5, 4, 3, 2 e 1 por centos respectivamente. A maior percentagem dos fundos foi desembolsada no segundo semestre do ano devido a demora de desembolsos e aos acordos firmados no mesmo período. As despesas estiveram na ordem de 88.3% em relação ao montante recebido, sendo as maiores em atividades com cerca de 47%, seguido de salários e benefícios, investimento, e escritório e equipamento com cerca de 32, 13 e 4 por centos respectivamente.

Dos pilares estratégicos, o mais financiado foi o de Segurança Alimentar Económica e Nutricional com cerca de 43%, seguido dos pilares de Recursos Naturais e Extensão Rural, Igualdade e Equidade de Género, e Desenvolvimento Organizacional com cerca de 36, 10 e 7 por centos respectivamente. O pilar de Ambiente e Mudanças Climáticas foi o menos financiado com cerca de 4%, o que significa maior atenção para os anos subsequentes, pois que para o bom desempenho do plano estratégico todos os pilares devem estar em pleno funcionamento.

Contudo, o presente relatório apresenta de forma sistemática e sumarizada os principais resultados e mudanças ocorridas ao longo do ano 2017, destacando os pilares estratégicos da organização, consubstanciando-se da lógica de intervenção da AENA, e na monitoria e mitigação dos riscos. O mesmo é suportado por vários anexos que servem de base para evidências do sucesso e não, pois que são também apresentados os desafios e lições aprendidas atinentes ao processo de implementação.

Um aspecto importante a ser realçado é o facto da AENA ter expandido as suas acções de intervenção para as províncias de Maputo, Cabo Delgado e Niassa, não somente na base de atividades, assim como de presença física e permanente do seu *staff* e escritórios o que permitiu maior envolvimento e engajamento com os diferentes *stakeholders*, e devido a este aspecto e outros consideramos o ano 2017 como tendo trazidos resultados concretos e um bom início e caminhada para o cumprimento do plano estratégico 2017-2021. Para o efeito, o relatório é apresentado em 4 capítulos, sendo o primeiro reservado aos pilares estratégicos, o segundo a administração e finanças, o terceiro as lições, desafios e oportunidades, o quarto aos anexos.

---

## CAPÍTULO 1. RESULTADOS ALCANÇADOS POR PILAR ESTRATÉGICO

---

### I. SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E ECONÓMICA (SANE)

AENA contou com seis (06) principais projectos, nomeadamente, PRONEA, MJ, NACC, OTHUMIA, AGrimulher e CCSM, para fazer face as metas do ODS<sup>1</sup>, PEDSA, PNISA (1. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 2. Aumento da produção e produtividade agrícola; 3. Expansão do acesso aos mercados e; 4. Fortalecimento da segurança alimentar e nutricional).

**A AENA através do pilar de SANE conseguiu abragir cerca de 12.113 beneficiários directos em 2017, dos quais 6.262 mulheres, o correspondente a 52%. Á seguir serão apresentados as principais realizações no quadro das principais áreas de resultados definidos nos planos orientadores da organização (PE<sup>2</sup> e POA<sup>3</sup>).**

#### Resultado 1. Aumento da Produção e Produtividade

**Progresso:** O baseline definido pela AENA em 2016, mostrou os níveis de produção e produtividade de culturas alimentares e rendimento na machamba dos pequenos produtores rondam até um máximo de 60% do seu potencial, devido aos constrangimentos relacionados com o acesso aos insumos melhorados, tamanho das áreas de produção e práticas agrícolas rudimentares. Para o efeito a AENA, concentrou os esforços nessas três linhas tendo ministrado formações, providenciado ligações com agentes de insumos (irrigação "motobombas", sementes certificadas, produção local de semente, centro de máquinas para abertura de áreas, serviços fitossanitários, fertilizantes, adubos verdes orgânicos), agricultura de conservação, EMC's, CDR's e assistência técnica directa aos campos foram as principais acções desencadeadas. Factores adversos, tais como, períodos longos com défice de chuva, e chuvas intensas e mal distribuídas afectaram negativamente as culturas nos campos de produção.

**Impacto:** os principais impactos resultantes deste processo são:

- 2050 pequenos agricultores (45% mulheres) aumentarão as suas áreas médias de produção de culturas anuais (gerelim e amendoim) de 0.5 para 2.0ha, sobretudo nos distritos de Monapo, Murrupula, Muecate e Meconta.
- 7813 outros pequenos agricultores (51% mulheres) aumentarão a produtividade das principais culturas alimentares (feijões, milho, mandioca), sobretudo nos distritos de Angoche, Moma, Larde, Rapale, Ribaué, Malema, onde actualmente o processo ronda a volta dos 67%, isto é registou-se 7% a mais em relação ao baseline.
- 391 outros pequenos produtores (53% mulheres) aumentarão a produtividade de

---

<sup>1</sup> Objectivo global #2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

<sup>2</sup> PE – Plano Estratégico;

<sup>3</sup> POA - Plano Operacional Anual.

horticolas (repolho, tomate e cebola), sobretudo nos distritos de Mossuril, Monapo, Ribaué, Malema, Rapale, Murrupula, Angoche, Larde e Moma, em cerca de 7%.

De uma forma global dos 12.113 beneficiários, o correspondente a 90% teve aumento de produção e produtividade de suas culturas em 7%.

## **Resultado 2. Melhorada a Situação Alimentar**

**Progresso:** O baseline definido pela AENA em 2016 mostrou que o número de refeições normais ao longo do dia por família rondavam a volta dos 2 por dia, e o número de culturas para o sustento em 3 por campanhas. Outro grande factor relacionado a situação alimentar é a questão das perdas pós-colheita que rondam a volta dos 30-50%. Estes constrangimentos estão relacionado com o fraco acesso a variedades e culturas para diversificação alimentar das famílias rurais, bem como ao fraco uso das tecnologias pós-colheita. Ao longo do ano a AENA introduziu novas variedades de culturas, sensibilizou as famílias sobre a necessidade de aumento das refeições diárias, demonstração de confeccionamento e uso dos produtos alimentares, bem como, introduções demonstrações domiciliárias de secadores e celeiros melhorados (**anexo 1. relatórios de projectos de SANE**).

**Impacto:** os principais impactos resultantes deste processo são:

- 12.113 beneficiários (dos quais 40% mulheres) aumentarão a acessibilidade de novas variedades melhoradas e passarão a produzir mais duas das seguintes culturas: culturas de feijão boer, gergelim, feijão nhemba (ciclo curto e tardia), milho, soja, batata-doce e hortícolas (cebola, alface, couve, feijão verde, tomate).
- 6.803 dos beneficiários (dos quais 37% mulheres) dos distritos de Angoche, Larde e Moma locais piloto de introdução de pacotes de confeccionamento de alimentos aumentarão as suas refeições de 2 para 3 o dia.
- 2.442 dos beneficiários (dos quais 52% mulheres) foram expostos a demonstrações de secadores melhorados de amendoim, gergelim, mandioca, feijões e hortícolas de folha, assim como a celeiros melhorados tipo gorongosa.
- As famílias de agricultores mencionam que os níveis de perda reduziram de 50 para 25%, isto é de 4 sacos de amendoim antes pediem a metade e com as novas técnicas de conservação e secagem perdem apenas o que mostra que o nível de aproveitamento ronda a volta dos 75% (**anexo 2. Matriz de M&A**).



Imagem 1. Secadores melhorados de amendoim e feijões

### Resultado 3. Melhorada a situação nutricional

**Progresso:** Até 2016 foram definidos dois indicadores de situação nutricional que podiam ser manejados pela AENA, nomeadamente o consumo de alimentação diversificada e a implementação de papas enriquecidas que rondavam aos 30 e 10% respectivamente. Contudo, a AENA introduziu sessões de educação nutricional nas zonas onde foram tomadas como base, nomeadamente nos distritos de Angoche, Moma e Larde. Foram treinados animadores de género e nutrição, fortalecidos com material para demonstração de papas enriquecidas e de modos de confeccionamento de alimentos existentes mas de pouco domínio das famílias. Demonstrações de confeccionamento de alimentos em feiras, dias de campo e promoção de horticultura (cultivo da batata-doce de polpa alaranjada, alface, couve, repolho, cenoura, pimento, etc) tomarão lugar ao longo do ano 2017.

**Impacto:** 32.5% das famílias (6,803) consomem alimentos diversificados, resultantes da produção de horticulturas, combinação de peixe seco, banana e amendoim, incremento do consumo da farinha de milho pelo menos duas vezes a semana em detrimento da farinha de mandioca. De igual modo 15% do mesmo grupo de beneficiários refere estar a implementar papas enriquecidas para o melhoramento do estado nutricional das crianças dos 0 aos 5 anos de idade, portanto, um incremento de 5% resultante do trabalho da AENA em 2017.

### Resultado 4. Aumento da renda familiar

**Progresso:** O nível de renda das famílias beneficiárias é diretamente proporcional ao nível de produção (áreas e produtividade), ao acesso a mercados e a prática de atividades focalizadas na geração de renda, tais como, horticultura, avicultura, comercialização entre outras. As famílias dos distritos de Meconta, Monapo, Muecate, Murrupula, Rapale, Ribaué e Malema constituíram o foco das intervenções para a melhoria da renda tendo-se promovido, encontros entre compradores, produtores e governos distritais e a produção de hortícolas com irrigação. De igual modo, a produção de amendoim, gergelim, castanha de caju, feijões e milho. Também a criação de

frangos, ligações com mercados seguros que resultaram na comercialização de pouco mais de mil toneladas de gergelim, seiscentas de amendoim e duzentas e vinte e cinco de castanha de caju. De igual modo, foram comercializados mais de dois mil e quinhentos frangos, bem como mais de cinco mil toneladas de hortícolas diversas.

**Impacto:** Cerca de 5, 360 beneficiários aumentarão a sua renda média por campanha agrícola que rondava aos 100USD para 207 USD. Este aumento de renda originou melhoria no acesso a educação, saúde, dieta alimentar. De igual modo, melhoria de infraestruturas, tais como casas e introdução de outras atividades de geração de renda, tais como gado bovino, caprino (**anexo 3. Histórias de sucessos**).



Imagem 2. Momento de comercialização dos produtos agrícola dos agricultores



Imagem 3. Resultados da comercialização agrícola 2017

## II. PILAR DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÉNERO (IEG)

O pilar de Igualdade e Equidade de Género que tem como objectivo contribuir para que as mulheres tenham melhores condições de vida, voz activa e liderança em relações de poder igualitárias e equânimes com os homens, no período em referência, esteve vinculado a todas as outras áreas de intervenção estratégica da AENA. Este pilar que enquadra-se no **Objetivo Global de Desenvolvimento Sustentável 5**, que é o de alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas teve os seguintes resultados:

### Resultado 1. Melhorado o acesso das mulheres aos serviços básicos de educação

**Progresso:** Em 2016 a AENA verificou que mais de 10.000 mulheres das zonas de implementação de seus projectos não são escolarizadas, e para o efeito em 2017 esteve ligado aos serviços de educação dos distritos de formas a influenciar para as mulheres tivessem acesso a educação funcional. Os distritos de Mossuril, Monapo, Meconta, Muecate, Rapale, Ribaué e Malema foram os distritos-alvo desta actividades, sendo que a organização teve que imprimir dinâmicas nos subsídeos para alguns alfabetizadores, compra de material didático, tais como quadro petro e persuasão aos governos para criação ou estabelecimento de centros de alfabetização.

**Impacto:** 1083 novos beneficiários dos quais 770 mulheres participam das actividades de AEA, passaram a ler e escrever, bem como, efectuar cálculos básicos para comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas. De igual modo, dos dos 320 grupos de beneficiários da AENA cerca de 10% estão vinculados a um processo de alfabetização funcional. Assim, o número de 10.000 mulheres em 2017 reduziu para 9.230, sendo este o foco para fazer face nas intervenções dos anos subsequentes.

### Resultado 2. Mulheres economicamente activas/empoderadas participam na gestão da renda e dos recursos familiares

**Progresso:** O baseline de 2016 mostrou a falta de visualização da contribuição das mulheres na renda e na participação das mesmas na gestão dos recursos familiares, tendo-se apontado para cerca de 10.000 mulheres que se encontram nesse estado. Os factos foram consubstanciados pelo fraco número de mulheres que desenvolvem actividades de rendimento, que participam na comercialização, bem como, as que têm acesso a DUAT's tomando-se em consideração que em regimes matrilineares a terra é das mulheres mas elas não têm o controle e a posse segura das mesmas. A AENA desecadeou campanhas para a introdução de actividades de geração de rendimentos para mulheres, tais como, horticultura e avicultura, sensibilizou para que as mulheres pudessem comercializar produtos que elas próprias produzem ao invés dos seus maridos. De igual modo, desenvolveu a campanha de terra segura focada nas mulheres onde fez com que homens aceitassem que suas mulheres tivessem DUAT's individuais e/ou colectivos como forma de salvaguardar o futuro da família.

**Impacto:** cerca de 1300 mulheres dos distritos de Meconta, Monapo, Mossuril, Murrupula, Ribaué, Malema, Rapale e Muecate estão economicamente activas desenvolvendo atividades de geração de renda e participando nos processos de comercialização. De igual modo, 1911 mulheres dos distritos de Alto-Molocué, Ribaué e Malema têm as suas terras registadas e respectivos títulos emitidos pelos SPCG das províncias de Nampula e Zambézia. As mulheres dos distritos visados referem que a participação nas atividades de negócio, assim como os DUAT's contribuíram para a melhoria da situação dos agregados familiares sobretudo, no direcionamento dos recursos para melhoria da situação alimentar e nutricional (**anexo 4. Tabela de editais**).

### **Resultado 3. Mulheres activas exercem funções de direcção em seus meios**

**Progresso:** Em 2016 cerca de 30% de mulheres das associações, grupos, fóruns e cooperativas assistidas pela AENA exerciam funções de direcção, assim como, 50% dos colaboradores e membros da AENA representavam mulheres que exercem cargos de liderança e direcção. No quadro deste resultado, foram desencadeadas acções de capacitação e debates sobre liderança, participação, género e desenvolvimento, papel da mulher no desenvolvimento local. De igual modo, privilegiou-se a formação de activistas de género os quais serviram de agentes de dinâmica de género, assim como foram realizados debates sobre género a nível da AENA, realizou-se workshops e capacitações envolvendo membros e trabalhadores os quais permitiram que a perspectiva de equidade dentro e fora da organização fosse uma prioridade.

**Impacto:** 35% dos 320 grupos assistidos pela AENA têm mulheres exercendo cargos de gestão e liderança. De igual modo, 55% dos cargos de liderança da AENA são ocupados por mulheres. O facto de se ter mulheres nos cargos de liderança a nível dos beneficiários e da AENA com um incremento em cerca de 5% para ambos os casos mostra um progresso satisfatório e cometimento da equipa programática, da direcção executiva e dos órgãos sociais.

### **Resultado 4. Assegurada a participação de mulheres no processo de tomada de decisão**

**Progresso:** Os dados de 2017 mostraram que apenas 5 mulheres dos grupos assistidos pela AENA participavam dos conselhos consultivos distritais, tendo-se pouca influência sobre o processo de tomada de decisão a nível local. Ao longo do período em reportagem foram desenvolvidas acções de lobby e advocacia para integração das mulheres nesses espaços.

**Impacto:** Mais 10 mulheres passaram a integrar nos conselhos consultivos incrementando-se de 5 para 15 mulheres dentro dos processos de tomada de decisão. O processo de integração das mulheres ressalvou a esperança de que os benefícios das decisões tomadas nos diferentes conselhos consultivos serão nos próximos tempos inclusivos numa perspectiva e sensibilidade ao género.

### III. PILAR DE RECURSOS NATURAIS E EXTENSÃO RURAL

O pilar de Recursos Naturais e Extensão Rural trás duas perspectivas, a primeira relacionada com os direitos das comunidades na gestão e governação dos recursos naturais (terra, florestas) e das indústrias extractivas (áreas pesadas, ruby, grafite, gás e petróleo), e a segunda a do direito das comunidades com relação ao acesso à governação e gestão dos serviços agrários. Este pilar que enquadra-se nos Objectivos Globais de Desenvolvimento Sustentável números 15 e 2 que espelham as duas áreas de objectivos estratégicos.

#### **Resultado 11. Homens e Mulheres das comunidades através das suas formas de organização fazem pressão, dialogam, negociam e participam na Gestão dos Recursos Naturais e Extractivos junto dos sectores públicos e privados**

**Progresso:** O baseline de 2016 tomou como ponto de partida as estruturas de base comunitárias criadas pela AENA, nomeadamente os CGRN's e PDOSC's em número de 8 e 2 respectivamente, os 3000 homens e mulheres capacitados e os 3 documentos de posição por ano. No entanto, foram desenvolvidas acções de estruturação e apoio ao desenvolvimento das comunidades através das suas formas de organização. De igual modo, o processo de capacitação das comunidades (palestras, reuniões e encontros individuais e de grupos), preparações sociais para delimitação, demarcação e titulação de áreas, e o desenvolvimento de documentos de posição através das plataformas distritais, provinciais e nacional foram dentre as várias acções desencadeadas pela AENA.

**Impacto:** 23 CGRN's e 2 PDOSC's estruturados e fortalecidos como órgãos de participação e diálogo local.

- De igual modo, cerca de 4371 indivíduos (1749 mulheres) incrementaram seus conhecimentos e habilidades sobre legislação diversa (terra, recursos florestais e mineirais).
- As comunidades através das suas formas de organização (ex:PDOSC de Moma e o CGRN's de Topuito) emitiram três documentos de posição relacionados com as consultas públicas de pilivili, retirada compulsiva da comunidade do Rei Habiha em Mulimuni, bem como, a questão de assentos nos conselhos consultivos. Estes resultados mostram o incremento de capacidades e espírito de cidadania que está sendo implantado no seio das comunidades.
- A AENA através da Plataforma da Sociedade Civil de Nampula enviou e publicou 3 documentos de posição, sendo dois sobre as recomendações de reformulação de políticas (enviados a 2ª e 5ª comissões parlamentares) e o terceiro ao do distrito de Moma (KENMARE e governo) sobre a observância da Lei do Direito à informação em processos de consulta pública (**anexo 5. Documentos emitidos**).

## **Resultado 12. Governo mais sensibilizados e com maior abertura para responder as preocupações das comunidades;**

**Progresso:** A criação da sensibilidade e abertura dos governos é função do nível de conhecimento e capacidade dos agentes do estado, da participação em workshops/seminários em que os agentes do governo participaram, assim como do nível de resposta aos documentos emitidos pelas comunidades e sociedade civil. Igualmente, a questão das visitas de monitoria conjunta em que há envolvimento e abertura para a participação da sociedade civil, comunidades e agentes do estado têm constituído o factor de fraca abertura. Outros factores não menos importante de abertura é a questão de encontros realizados com o governo para discussão técnica e legal, e estudos realizados pela AENA para influenciar os processos e políticas. Para os parametros acima mencionados até 2016, foram capacitados 50 agentes do governo que participaram a um workshop ministrado pela AENA. De igual modo, apenas um (01) documento foi respondido pelos mesmos agentes, assim como uma (01) visita de monitoria forá efectuada de forma conjunta, um (01) encontro técnico e nenhum estudo foi realizado. Contudo, durante o presente ano a AENA desencadeou acções que visavam uma maior transparência e governação responsável sobre os recursos naturais e indústria extractiva, na medida em que ministrou cinco (05) workshops/seminários com a participação do governo e influenciou para que três (03) dos seis (06) documentos tivessem resposta, assim como, efectuou contactos/encontros permanentes de lobby com os agentes do governo com poder de decisão, desde o nível nacional até ao local, assim como parlamentares, para influenciar que estes participassem e mandatassem a suas equipas a participar dos workshops (**anexo 6. cartas de correspondência, lista de presença, relatórios do workshop, videos, documentos respondidos**). Também foram conduzidos encontros de discussão técnica com o MIREME, MEF, em Maputo e as suas representações a nível das províncias de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado, assim como um (01) estudo sobre as dinâmicas de alocação e gestão dos 2.75% realizado.

**Impacto:** Os parlamentares, o MIREME, MEF e os governos das províncias de Nampula, Niassa, Zambézia e Cabo Delgado melhorarão a sua abertura para com a sociedade civil na medida em que se mostraram mais abertos e sensíveis com relação as questões de terras, florestas e indústrias extractivas na medida em que conseguiu-se alcançar os seguintes resultados:

- 2 encontros solicitados pela AENA ao MEF e MIREME foram realizados em Maputo e culminarão com o estabelecimento de um mecanismo de diálogo permanente e a participação deste de um estudo sobre as dinâmicas de canalização e alocação dos 2.75% as comunidades.
- O MIREME recebeu da Plataforma sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva, através da AENA uma proposta de termos de referência e Memorando de Entendimento para discussão técnica e normalização/regulamentação de três questões-chave, a saber: *processo de canalização e gestão das receitas do estado provenientes do sector extractivo e*

*destinadas às comunidades; justa indemnização e a alta autoridade da indústria extractiva.*

- Dois comunicados de imprensa foram entregues aos parlamentares das 2ª e 5ª Comissões Parlamentares, a comissão de Plano e Orçamento e a de Agricultura Economia e Ambiente, nos dias 12 de Julho e 10 de Agosto respectivamente, sobre questões de reformulação e implementação de políticas do sector extractivo.
- Os Directores da DPTADR, DIPREME, DPEF (Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia), SPGC (Nampula e Zambézia), SPFFB (Nampula) Administradores e Secretários Permanentes distritais, SDAE's, SDPI, SDEJT, SDSMAS, comandantes e técnicos distritais de Moma, Larde, Angoche, Sanga, Namanhumbir e Inhasungi em número de 300 agentes e funcionários do estado melhoraram os seus conhecimentos sobre questões de terra, florestas e indústria extractiva através dos 6 workshops/seminários ministrados pela AENA, isto é, 100% dos workshops teve a participação dos governantes de alto nível “o de tomada de decisão”.
- O governo respondeu a 50% das questões levantadas pelas comunidades e sociedade civil, o que mostra o interesse de melhoria na governação cada vez mais responsável dos recursos naturais. Assim, as consultas públicas subsequentes, nomeadamente a 2ª e 3ª respeitaram os procedimentos de anuncios públicos e de direito a informação, pois que foram efectuados via meios de comunicação social e de directa `as OSC's. A segunda esteve relacionada com os documentos de posição sobre reformulação de políticas que resultou na elaboração de um plano de responsabilidade social da empresa Haiyu, assim como, na assinatura de Memorado de Entendimento. O terceiro a plataforma de Nampula, foi solicitada pelo presidente do municipio, o falecido edil Muhamudo Amurane para debater acerca das recomendações de política.
- Produzido e divulgado um estudo sobre as dinâmicas de gestao e canalizacao das receitas do estado provenientes ao sector extractivo “Casos dos Distritos de Larde e Montepuez”,no dia 14 de Dezembro de 2017, na cidade de Nampula aos tomadores de decisão de nível provincial (**anexo 7. Estudo produzido**).

### **Resultado 13. Sector privado sensibilizados e com normas e procedimentos que promovam a gestão sustentável dos Recursos Naturais e Indústrias Extractivas**

**Progresso:** Até 2016 pouca frequência dos agente do sector privado tinham participado das capacitações e/ou workshops ministrados pela AENA, assim como, nuncam respondiam as inquietações das organizações da sociedade civil. Para fazer face a estes processos, a AENA iniciou com acções que visaram a capacitação, o engajamento e a mudança de práticas e políticas do sector privado, tendo como foco a Haiyu Mozambique Mining, KENMARE, Montepuez Rubi Mining, Gren Resources, Agro-Business, Sonil Moz, OLAM, Sonil Tabaco, Rego-Chipanhe, OASIS, Mozaco, Sonil

Moz, Agro Ussene, Napauanha Empreendimentos, Macadamia, e Hoyo-Hoyo. O foco para este processo foram envio de cartas, promoção de encontros bi e multilaterais, bem como a de envio de pedidos de esclarecimentos.

**Impacto:** 100% dos workshop's ministrados tiveram a participação de treze (13) agentes do sector privado incrementarão seus conhecimentos sobre legislação diversa ex; terras, florestas, indústria extractiva, direito a informação), tendo mostrado maior abertura para diálogo e negociação (**anexo 8. Listas de presenças e relatórios de mesas redondas, jornadas e workshops**). Este processo resultou nas seguintes mudanças:

- Cerca de 10.028 habitantes (4.649 mulheres) das comunidades de Nagonha, Namaue, Nanthapa e Murrua melhoram as suas condições de vida, com a entrada da corrente eléctrica no âmbito da responsabilidade social da mineradora Haiyu Mining Company. Esta acção contribui para o processo de conservação do pescado que é por sinal a principal actividade económica daquela região (**anexo 9 dados de beneficiarios das comunidades**).
- A KENMARE estabeleceu um mecanismo de monitoria trimestral da responsabilidade social empresarial e alterou as tabelas de pagamento de benfeitorias das comunidades propostas pelo governo e a favor e benefícios das comunidades (**anexo 10. Draft do plano de reassentamento de pilivili e minutas de monitoria**);
- A KENMARE passou a enviar de forma antecipada os comunidades para consultas públicas, terminou a escola técnica de Larde, financiou o estudo para a definição do local e tipo de ponte sobre o rio Larde, como resultado das negociações sobre a exploração do Monte philipe. Assim como, financiou bolsa de estudo para instituto médio de 30 mulheres do distrito de Larde.
- A Haiyu Mozambique Mining pela primeira vez efectuou uma correspondência a AENA para solicitar a sua participação na consulta comunitária sobre Murrua, procedimento que deveria acontecer em 2012 a quando da entrada da empresa (**anexo 11. Carta da Haiyu**).
- A Haiyu Mozambique Mining aceitou a elaboração do Plano de Responsabilidade Social e Empresarial, bem como a assinatura de Memorando de Entendimento com a DIPREME, governo de Angoche, Assembleia Provincial, comunidades e sociedade civil.
- A OSAIS cedeu 100hectares de terra as comunidades do distrito de Ribaué para que este passem a produzir devido ao facto delas estarem osseosas.

**Resultado 21. Assegurado e reforçado o acesso à terra de homens e mulheres camponeses**

**Progresso:** Até 2016 nenhuma acção para certificação individual de terras foi conduzido pela AENA, sendo que no ano 2017, os contatos com as DPTADER's de Nampula e Zambézia constituíram o foco para o alcance das metas estabelecidas pela organização. Para o efeito foram, efectuados vários encontros que culminarão com estabelecimento de Memorando de Entendimentos entre a AENA e DPTADER-Z, ITC, AGRIPRINA e Terra Nossa para o reforço do acesso a terra para homens e mulheres das comunidades rurais.

**Impacto:** 16 comunidades e 6 associações com certidões e título de DUAT's respectivamente (comunidades dos distritos de Momba e Moma);

- Cerca de 3124 pequenos agricultores (1911 mulheres) dos distritos de Malema, Ribaué e Alto Molocue têm suas áreas individuais registadas através de títulos de posse de terra segura (RDUATs) onde actualmente praticam de forma segura as actividades de horticultura, produção de milho e soja para e outras culturas para rendimento e alimentação de suas famílias, respectivamente;
- 6 áreas de associações (1.120 individuos dos quais 375 mulheres) demarcadas para que elas possam ter o poder de negociação com potenciais investidores e não só.

## **Resultado 22. Governo mais sensibilizados e com maior abertura para responder aos direitos e os interesses dos camponeses tomados em consideração nas políticas do sector agrária**

**Progresso:** Até 2016 o baseline mostrou que os memorandos de entendimento entre o Governo e a AENA não foi efectuado no concernete aos direitos dos pequenos camponeses, de igual modo o número de técnicos treinados para uma maior e melhor assistência técnica foi de 5 por não, bem como a percentagem dos camponeses com acesso a crédito esteve a volta dos 10%. Contudo, a AENA desencadeou acções que resultaram na assinatura de memorandos com a DPTADER Zambézia para o garante do direito a terra segura para a produção de alimentos por parte dos camponeses, treinou cerca de técnicos da extensão pública em horticultura, EMC's, CDR's e aviculture. De igual modo, influenciou para que o Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) através da Direcção de Planificação e Cooperação estivesse ligado a AENA na avaliação e formulação do PNISA onde foram entregues ao MASA as recomendações para a melhoria do PNISA no seu processo de extensão e reformulação.

**Impacto:** O MASA este aberto e aceitou abrir um espaço para a quando da divulgação do PNISA na província de Nampula a PPOSC-N apresenta-se as constatações e recomendações da Sociedade Civil sobre o processo de implementação e sua visão com relação ao extensão e reformulação do PNISA. Actualmente o MASA fornece

informação regular sobre o estágio de desenvolvimento do PNISA e até convidou a AENA para moderar um debate sobre políticas do sector agrário em Maputo.

- Foi assinado um Memorando de Entendimento entre a DPTADER Zambézia e a AENA para a assistência da Regularização do Direito de Uso e Aproveitamento de Terras para os camponeses de forma individual a 2000 camponeses.
- 13 técnicos de extensão do sector público provenientes dos distritos de Mossuril, Monapo, Meconta, Muecate, Rapale, Murrupula, Ribaué, Malema, Larde, Angoche e Moma aumentarão seus conhecimentos em metodologias de extensão, vacinação de galinhas e criação de aves.
- 65% das áreas de implementação da AENA têm cobertura dos serviços de extensão garantindo-se assim que incremento de 15% de cobertura técnica de extensão com relação ao ano passado. O processo de cobertura técnica facilitou com que mais de 50000 cajueiros fosse pulverizados com atomizadores e produtos provenientes do sector público.

### **Resultado 23. Homens e mulheres camponesas aumentam o seu poder de agir em cadeias de valor agrícolas locais sustentáveis**

**Progresso:** Até 2016 registou-se que a AENA cobria 3.000 camponeses organizados em associações/grupos/fora /CGRN's para defenderem os seus direitos resultantes dos processos de gestão agrícola, terra e outros recursos naturais. De igual modo, os contratos de comercialização face à existência de compradores e balanças falsas foi outra questão relacionada ao baseline pois que, apenas 10% dos beneficiários-alvo da AENA registaram terem efectuados contratos rubricados de comercialização. Para o efeito a AENA desencadeou acções relacionadas com encontros bilaterais com DPIC e multi-laterais envolvendo SDAE's, sector privado e organizações da sociedade civil para debater acerca de comercialização, preços e outros assuntos. Paralelamente a estes processos a AENA capacitou e mobilizou os camponeses através de suas formas de organização nas temáticas de associativismo, mercados, qualidade entre outros temas.

**Impacto:** A AENA conseguiu influenciar aos governos distrital e provincial (SDAE e DPIC) para estabelecer fichas de comerciante, e balanças modelo para garantir que o processo de comercialização seja seguro e justo. Este resultado surge para garantir que as questões de comerciantes e balanças falsas que estrangulam as trocas comerciais ficassem ultrapassadas e que maior parte dos camponeses passassem a agir ao longo da cadeia produtiva.

- 9380 camponeses estão organizados em associações/grupos/fóruns/CGRN's o que demonstra um incremento de 6380 com relação ao baseline.

#### IV. PILAR DE AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMATICAS

A AENA no pilar de AMC considera os ODS 14 - conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, e 13 - tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, na medida em que pretende contribuir para que homens e mulheres das comunidades rurais, governos locais e sector privado tenham consciência sobre justiça ambiental e climática. Embora trata-se de um pilar novo, acções desenhadas veêm sendo implementadas pela AENA desde a sua existência.

#### Resultado 1. Fortalecidas as capacidades e habilidades das comunidades locais na realização de direitos e obrigações ambientais e climáticos

**Progresso:** Para o pilar de AMC a AENA definiu geograficamente a zona costeira como sendo o ponto de convergência de todas as atividades a serem desenvolvidas, tendo-se destacado a zona das ilhas primeiras e segundas, que partem de Pebane, Moma, Larde até Angoche, assim como, os distritos de Memba, Ilha de Moçambique, Mossuril, Liupo e Mogincual. Para o efeito, foram definidos três parâmetros sobre as comunidades, a destacar a questão do uso e conservação dos recursos marinhos e costeiros, questões de educação ambiental, adaptação e mitigação de mudanças climáticas, bem como, a área de mangal a ser repovoada como sendo parte integrante dos direitos e obrigações ambientais e climáticos que deveram ser fortalecidos nas comunidades. Assim, uma série de capacitações foram ministradas na área das ilhas primeiras e segundas a destacar as questões de não uso das artes nocivas ao ambiente marinho, adaptação e resiliência às mudanças climáticas e sensibilização das comunidades para o repovoamento do mangal que resultaram nos seguintes impactos.

**Impacto:** Cerca de 2076 (748 mulheres) aumentaram os seus conhecimentos sobre o uso e conservação da biodiversidade marinha e costeira, bem como a questão da mineração artesanal ambientalmente saudável;

- Outros cerca de 2457 (1253 mulheres ) aumentarão os seus conhecimentos em adaptação, mitigação e resiliência às mudanças climaticas.
- Um aumento de repovoamento de 9.4hectares de mangal o correspondente a um incremento de 11.2% da area repovoada.



Imagem 4. Processo de repovoamento de mangal em Angoche

## **Resultado 2. Reforçada a integração de medidas concretas de adaptação e mitigação de mudanças climáticas nos instrumentos de planificação dos governos locais**

**Progresso:** No concernente a integração de medidas de adaptação e mitigação de mudanças climáticas nos instrumentos de planificação do governo local, foram definidos em 2016 três parâmetros, nomeadamente, a capacitação de mulheres e homens em matérias de planificação, orçamentação, monitoria e avaliação participativa, a elaboração de PLA's e sua incorporação no PESOD e PDD. Para o efeito, a AENA desenvolveu através dos fundos AGEIS a capacitação de agentes do governo do distrito de Moma, Angoche e Larde em planificação no contexto de mudanças climáticas, assim como, influenciou a elaboração e aprovação do PLA de Larde e sua integração no PESOD de 2018.

**Impacto:** Cerca de 120 membros do governo e dos conselhos consultivos incrementaram os seus conhecimentos em Planificação no contexto de mudanças climáticas.

- A AENA influenciou a elaboração e aprovação do PLA de LARDE, uma medida que visa tornar robusta a capacidade de adaptação e resiliência do distrito para os eventos que de forma cíclica ocorrem naquele distrito (**anexo 12. PLA de Larde**).
- O distrito de Larde incorporou algumas ações do PLA nos PEDOS's, especialmente as questões de capacitação, assentamento de famílias em locais seguros, reabilitação de pontes, disponibilização de variedades tolerantes a seca, entre outras.

## **Resultado 3. Melhorada a qualidade de prestação de serviços ambientais e climáticos pelas empresas e governo local.**

**Progresso:** A melhoria da qualidade dos serviços ambientais e climáticos é função da análise qualitativa e quantitativa, de encontros de diálogo construtivo entre os diferentes actores e da emissão de documentos de posição e posterior resposta por parte de quem de direito. Para o efeito, foram realizados seminários sobre impactos da indústria extractiva no meio ambiente e da implementação dos PLA's. De igual modo, visitas de monitoria conjunta envolvendo DIPREME, DPTADER, parlamentares e OSC's foram realizadas.

**Impacto:** Melhorada a interação, o diálogo e a responsabilização sobre questões ambientais, como resultado do seminário realizado a 5 de Junho de 2017, ministrado pela AENA em parceria com o MISA, a Aliança CARE-WWF e o Governo Provincial. O encontro de diálogo envolveu o Governo Provincial (DPTADR, DIPREME, DPMGAS, DPASA), Governo Distrital (Angoche e Larde), OSC's, Mídias, Académicos, assumindo-se o compromisso de anualmente verificar os progressos e balanço para avaliação do estado de melhoria (**anexo 13. Relatório do Seminário**).

- A KENMARE pela primeira vez convidou a sociedade civil e as comunidades para participarem na divulgação do ponto de situação do impacto ambientais das áreas pesadas, ligado a qualidade e disponibilidade de água, a qualidade e disponibilidade de ar, ao estágio da reabilitação dos solos nas áreas de mineração e ao envolvimento da comunidade no processo de monitoria ambiental e gestão do lixo.
- A ENI pela primeira vez convidou a sociedade civil a participar num workshop sobre questões ambientais do FLNG colhendo subsídeos para a melhoria da gestão ambiental.
- As comunidades rurais de Angoche e Larde através dos CGRN's fortalecidos pela AENA, emitiram duas cartas de petição solicitando o Plano de Gestão Ambiental á empresa Haiyu Mozambique Mining e a Inspeção do Relatório de Gestão Ambiental da KENMARE ao governo.
- A conferência regional de 13 e 14 de Dezembro sobre Exploração da Terra, Recursos Naturais e Indústria Extractiva na Região Norte e Centro de Moçambique melhorou o acesso a informação e conhecimento científico dos membros do governo<sup>4</sup>, da assembleia provincial, sociedade civil, empresas, académicos, mídias e cidadãos das províncias de Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Zambezia. Assumindo-se o compromisso de continuamente monitorar e avaliar a implementação da Declaração Anual da Região Norte-Centro através de conferências anuais. (**anexo 14. Videos dos dois dias e relatório da conferência**). A declaração realça sobre questões sociais, ambientais e de mudança de legislação e políticas.
- Melhorado o desempenho ambiental da KENMARE no distrito de Larde, com relação a restauração das áreas degradadas, gestão e reciclagem de resíduos sólidos, redução de garrafas plásticas de água e a implementação de compostagem (**anexo 15. Relatório de Impacto Ambiental da KENMARE**).
- A KENMARE de igual modo, melhorou o seu desempenho ambiental no quadro da sua expansão ao distrito de MOMA, na medida em que realizou mais de 2 consultas públicas para o EIA<sup>5</sup> as quais obedeceram os princípios de comunicação e participação pública, envolvimento e responsabilização (**anexo 16. Comunidades e Convites da KENMARE**).
- Melhorado do desempenho ambiental do governo provincial (DPTADR e DIPREME) como resultado das visitas de monitoria conjuntas realizadas entre o governo, AENA e mídias.
- A Haiyu Mozambique Mining que explora as areias pesadas de Angoche em parceria com os governos provincial e distrital, reconheceram o erro efectuado a quando da implantação da empresa e realizaram consultas comunitarias em Murrua e incluíram aspectos ambientais que serão levados a cabo no plano de gestão ambiental a ser elaborado pela empresa.

---

<sup>4</sup> Governo – Directores e Técnicos das Direcções Provinciais de Recursos Mineirais e Energia (DIPREME), de Economia e Finanças(DEF), de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural (DPTADR) e Administradores Distritais.

<sup>5</sup> Estudo de Impacto Ambiental pela KENMARE no distrito de MOMA.

## V. PILAR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O pilar de Desenvolvimento Institucional contém três objetivos estratégicos (Cultura associativa, Processos Internos e Recursos Humanos; Sustentabilidade técnica-financeira e marketing e Expansão de forma sustentável a organização para outras províncias). E este pilar também mostrou resultados significativos na medida em que:

### **Resultado 1. Ter a planificação estratégica da AENA como guião das acções a serem executadas e assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pela organização**

**Progresso:** A quando do desenho do Plano Estratégico 2017-2021 surgiram novos desafios para que as metas da organização fosse asseguradas, começando-se com a necessidade de actualização dos procedimentos internos, tais como, leque salarial, manual de procedimentos e regulamento interno. Igualmente, a questão de elaboração de políticas organizacionais (como a de transporte, inventário e escritório), a de realização de encontros regulares dos órgãos sócias e a estruturação da equipa da AENA constituíram prioridades para o presente ano. Para o efeito, a organização desencadeou processos de reflexão, balanço e planificação os quais culminarão com um processo bastante avançado em termos de organizacionais.

**Impacto:** A organização possui actualmente 3 documentos internos actualizados no quadro dos novos desafios e se olha como sendo apetitosa para qualquer funcionário na medida em que a **política do pessoal** foi actualizada e integra os benefícios para trabalhadores e seus dependentes, o subsídeo de assistência médica e medicamentosa aumentou, foi revista a questão de indemnização e o pagamento de subsídeo de férias de um máximo de 15 dias devidamente justificados. O manual de procedimentos administrativos e financeiros e leque salarial foram revistos e actualizados para os contextos de manutenção/retenção de recursos humanos (**anexo 15. Documentos aprovados**)

- Política de transporte da AENA elaborada para servir de guião e instrumento de gestão do parque automóvel institucional (**anexo 16. Política elaborada**).
- Aumentou a equipa de profissionais da AENA de 46 para 63 através do recrutamento de 11 técnicos de campo, 2 assistentes (1 de M&A e 1 de projectos), 2 oficiais (1 baseado em Cabo Delgado e 1 em Maputo). Também foi recrutado 1 servente de escritório e 1 segurança (**anexo 17. Contractos de trabalho**).
- O interesse de participação dos membros aumentou, sendo que todos os órgãos sociais participaram em 10 encontros de forma activa na vida quotidiana da organização pautando-se pelos princípios de boa governação (planificação conjunta, participação, transparência, prestação de contas, integridade e responsabilização).

## **Resultado 2. Realizada a gestão transparente e eficiente dos recursos humanos e financeiros da AENA, alinhado com o planeamento, melhoramento dos resultados e investimentos que visem a modernização da entidade.**

**Progresso:** A gestão transparente e eficiente dos recursos humanos e financeiros da AENA e função dos processos de auditoria, da capacitação do pessoal para uso do programa informático contabilístico-financeiro e da actualização regular do processo de bens institucionais. Foram desencadeadas acções de auditoria por entidades externas e internas, todo o pessoal da administração, finanças e recursos humanos foi capacitado pela empresa concessionária primavera e os bens são inventariados todos os meses.

### **Impacto:**

- A gestão administrativa e financeira da AENA tem estado a registar grandes processos de crescimento na medida em que a organização passou da gestão de **800, 000.00USD** em 2016 para **1, 508, 311.76 USD em 2017** fruto de que os processos de auditoria interna (9 auditorias) e externa (3 auditorias) tem sido progressistas e mostram a boa capacidade de gestão de fundos.
- 7 profissionais da administração e finanças, nomeadamente a Gestora Administrativa e Financeira, a Oficial de Recursos Humanos, 2 Contabilistas, 1 tesoureira e 3 Assistentes Administrativos aumentaram seus conhecimentos em Primavera 9.0 pacote actual avançado que a organização actualizou. A AENA usa a primavera para questões de contabilidade, finanças e recursos humanos, estando actualmente em 90% do seu uso.

## **Resultado 4. Sustentabilidade e técnica-financeira e marketing**

**Progresso:** As fontes de financiamento, a existência de fundo comum, as acções de publicidade e imagem da AENA, capacitação técnica, e de prestação de serviços e consultorias são factores condicionantes para o garante da sustentabilidade da AENA. Assim, foram desenhadas propostas de financiamento que com sucesso aumentaram as fontes de financiamento. De igual modo, acções de prestação de serviços foram desenhadas e com sucesso aprovadas. Também foram divulgadas por via das redes sociais, youtube, facebook, radio, televisão e jornais acções de publicidade e marketing organizacional. Sem sucesso foi a questão da criação de um fundo comum.

**Impacto:** Três novos projectos com horizonte mínimo de 2 anos foram aprovados, nomeadamente o AGRimulher com a OXFAM (5 anos), Otumiha com a AGRA (3 anos) e PCBG com a CPI (2 anos), através de fundos provenientes da Cooperação

Belga para o Desenvolvimento, Fundação Bill e Melinda Gates e USAID, respectivamente.

- Um projecto de prestação de serviços foi aprovado pela ITC-f para implementação de acções de formalização de terras comunitárias e desenvolvimento de capacidades das comunidades das áreas de mineração de Mazua.
- A AENA incrementou a sua capacidade de gestão de informação (recolha, análise e interpretação de dados) através do treinamento do pessoal (2 colaboradores) em M&A, Gestão de projectos e Gestão baseada em resultados ministrados pela ABOVE, CFI e WeEffect respectivamente, tendo resultado na construção de uma base de dados bastante robusta.
- Foram produzidas e publicadas 6 historias de sucesso e 6 videos relacionadas com as tematicas de terra, recursos naturais, empoderamento economico da mulher, ligação com mercados, melhoria de renda, boas práticas de agricultura e responsabilidade social empresarial. Os videos produzidos foram publicados via youtube e televisão.
- Igualmente, artigos e documentos de posição foram publicados via radio, jornal, plataforma AENA.SICOM e facebook aumentando a audiência de grupo-alvo da AENA.
- Foram produzidos e impressos mais de 500 folhetos com informação generalizada sobre a AENA, editados e publicados Boletins Informativo o Extensionista, sendo 4 trimestrais e 12 mensais, produzidas mais que 1000 camisetas e igual número de bonés para visualizar as várias actividades da AENA, com destaque para o seminário de reflexão sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e Conferencia regional Centro- Norte.
- Foi melhorada a pagina Web da AENA para uma versão mais leve e de fácil manuseio.

## **Resultado 5. Expandir de forma sustentável a organização para outras província**

**Progresso:** o processo de expansão da AENA de forma sustentável e acompanhado por projectos de longo horizonte, do estabelecimento e edificação de escritórios, da descentralização de fundos e do estabelecimento de parcerias com as organizações nacionais e internacionais para criar uma plataforma robusta de acção da organização de formas a que ela sempre esteja a ser conhecida como actor-chave no processo de desenvolvimento. Assim varias ações foram desenvolvidas no período em reporte que culminarão com resultados, bastante frutíferos para a organização.

### **Impacto:**

- Existem na AENA 6 projectos que terminam entre 2019 a 2021, nomeadamente **Ofd com o WWF (2017-2020), Otumiha (2017-2020), Agrimulher (2017-2021), PCBG (2017-2019), Land Governance (2016-2019) e o programa AGIR confirmado para 2018-2020.**
- Com a entrada de novos projectos e a expansão para Zambezia e Cabo Delgado e Niassa, a AENA passou a contar 63 trabalhadores em comparação aos 48 registado em igual período do ano 2016.
- Ainda no ano em referência foram adquiridas 2 novas viaturas e 15 motorizadas para fazer face aos novos desafios de crescimento e desenvolvimento institucional.
- Assiando um Memoradno de Entendimento com a Amnistia Internacional para actuação nas áreas de direitos humanos e indústria extractiva.
- A AENA passou a ser membro do FOGZA, FOCADE e FONAGNI nas régios de implementação dos projectos das procincias da Zambezia, Cabo Delgado e Niassa.
- Estabelecidos escritórios nas províncias da Zambezia, Cabo Delgado e Nampula (Angoche, cidade de Nampula e Malema).

---

## CAPÍTULO II. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

---

Iniciou-se o ano com 8 projectos, nomeadamente, projectos de gestão de recursos marinhos e costeiros (SALL), e de adaptação as mudanças climáticas de riscos e desastres e adaptação a mudanças climáticas (NACC) com fim a 31 de Março de 2017 e 30 de Março de 2018, respectivamente, ambos financiados pela CARE. O programa AGIR II na componente de Agricultura, Recursos Naturais, Ambiente e Mudanças Climáticas com fim a 31 de Dezembro de 2017 financiado pela Embaixada da Suécia através da WeEffect (Centro Cooperativo Sueco). O projecto de criação de um ambiente propício para comercio justo em Moçambique (Fair Trade in Mozambique) que termina a 31 de Março de 2018 com a OXFAM NOVIB. O projecto de Sistemas de Produção do Feijão nhemba em Moçambique com a Fundação McKnight que tem o seu término a 30 de Maio de 2018, o projecto de Parcerias Estratégicas para Governação de Terras com a OXFAM NOVIB (2016 a Março de 2019). O PRONEA-PSP com o Governo de Moçambique através da Direcção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar (Julho 2016 a Abril 2018) e o projecto de apoio ao desenvolvimento organizacional e formalização de terras comunitárias na área de mineração nas comunidades do posto administrativo de Mazua em Memba (Outubro 2016 a Dezembro de 2017) financiado pela iTC-F. Contudo de houve o surgimento de quatro novos projectos, nomeadamente de Mercados Sustentáveis para Pequenos Agricultores do Corredor de Nacala (Otumiha) com o AGRA, o de Gestão e Geração de Rendimento por Mulheres (AGRImulher) com a OXFAM NOVIB, o de Parcerias Cívicas para a Boa Governação (PCBG) com a CPI e o de Óleo para o Desenvolvimento (OfD) com o WWF, financiados pela Fundação Bill e Melinda Gates, Cooperação Belga para o Desenvolvimento, USAID e Embaixada da Noruega, respectivamente.

Neste período foi desembolsado 90 499 037,41mt (Noventa milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, trinta e sete meticais e quarenta e 1 centavos), havendo despesas de 79 942 121,48 (Setenta e nove milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e vinte um meticais e quarenta e oito centavos), correspondendo a 88.3% de execução orçamental.

Em termos de contribuição orçamental, a maior foi da OXFAM OXFAM com cerca de 47%, seguido do AGRA e da CARE ambos com 18% e 10% respectivamente. Os outros parceiros com contribuição relevante para o plano e orçamento da AENA foram a We Effect com 7%, seguido do Governo, WWF, CPI, McKnight e da AENA com cerca de

5, 4, 3, 2 e 1 por centos respectivamente. Dos fundos recebidos as maiores despesas em actividades 47%, seguido de salários e benefícios, investimento, e escritório e equipamento com cerca de 32, 13 e 4 por centos respectivamente (**anexo 18. Relatório da Administração e Finanças**)

---

## **PROCESSOS**

---

Com vista a garantir qualidade organizacional os processos dos trabalhadores da AENA estão guardados em arquivos próprios, facilitando a procura através de uma descrição de relação nominal. A relação nominal dos trabalhadores actualizada foi remetida a direcção do Trabalho de Nampula e ja esta subcrito. Os documentos de cada um dos trabalhadores da AENA estão arrumados por projectos e por ordem alfabética. O pagamento de impostos (IRPS e INSS) dos trabalhadores as instituições competentes decorre é efectuado nos períodos exactos e exigidos pelos serviços de finanças e segurança social entre os dias 1 a 10 de cada mês. Os processos de todas as despesas, da AENA estão guardados em arquivos próprios, facilitando a procura através de uma descrição de relação mensal, assim como, estão lançados no sistema de contabilidade e finanças denominado Primavera 9.0, o mais actualizado. Sistema este que vela pelo arquivo de todo o sistema de base de dados das despesas e dos processos individuais dos colaboradores.

---

## **RECURSOS HUMANOS**

---

A AENA iniciou a implementação das actividades do novo Plano Estratégico (2017-2021) através de trabalhadores que são colaboradores dos projectos implementados nas comunidades rurais e do pessoal de apoio (administração e finanças). O contexto económico, financeiro e social internacional, movido pela crise financeira global e consequentes mudanças de agendas por parte de doadores teve efeitos pontuais na AENA. Contudo a AENA aumentou o número de trabalhadores de 46 (12 mulheres e 34 homens) para 63 (15 mulheres e 48 homens).

---

---

## **SAÚDE DOS TRABALHADORES**

---

Todos os trabalhadores da AENA têm o seguro contra acidente de trabalho com a seguradora IMPAR. Não obstante, no presente semestre a organização teve grandes constrangimentos registando-se sucessivos acidentes de trabalho e doenças com o pessoal técnico de escritório e campo, a título de exemplo, dois técnicos do projecto PRONEA. Houve movimentações do pessoal técnico de projectos a nível interno, assim como 17 novas contratações para fazer-se face aos processos de expansão e ao incremento de projectos, assim como, substituições por desistências e mudanças de posições/cargos.

---

---

## **AVALIAÇÃO E PROGRESSO DO PESSOAL**

---

Para que se conheça a evolução dos trabalhadores, no presente período fez-se a avaliação de desempenho dos mesmos. Este processo tem contribuído para estimular os trabalhadores e para que se enquadrem cada vez mais na visão, missão e objectivos da AENA. Pela dinâmica que temos vindo a enfrentar, houve a urgência em ajustar o leque salarial que coincidindo com o ajuste salarial dos funcionários tomando-se em consideração o nível de vida actual. Este facto constitui uma importante ferramenta para dinamizar e alavancar a máquina da equipa da AENA.

---

---

---

## CAPÍTULO III. LICÇÕES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

---

### LICÇÕES APRENDIDAS

Ficam como lições apreendidas as seguintes:

- 
- A implementação do plano estratégico no seu primeiro ano foi efectuada com sucesso graças a desempenho da equipa executiva e dos órgãos sociais com especial enfoque ao Conselho de Direcção que esteve muito próximo do executivo sem no entanto interferir com a dinâmica do mesmo;
  - O aumento da presença dos órgãos sociais na monitoria quotidiana da organização foi importante, para que de forma coordenada soubessem lidar com as preocupações dos membros e do executivo;
  - As monitorias financeiras e programáticas dos parceiros contribuíram em grande dimensão para o crescimento da organização, na medida em que constituíram momentos de aprendizagem e troca de experiências;
  - O trabalho em rede/plataforma é fundamental para o desenvolvimento de acções de advocacia que visem a promoção de diálogo aberto entre governos, OSC e empresas para que os direitos das comunidades sejam considerados e repostos e de forma que haja reposição da confiança: redução de tensões entre as comunidades e as autoridades locais;
  - As comunidades precisam de mais tempo para compreender e adoptar certas práticas, processos de forma que as aprendizagens tenham impactos em suas vidas;
  - A sustentabilidade das acções dos programas de agricultura, género e advocacia depende da forma como o conhecimento ou acção é transmitida, consideração as acções e conhecimentos locais, cometimento das instituições do governo e da ligação destas com o sector privado;
  - O governo está cada vez mais sensibilizado sobre a implementação dos princípios de boa governação, sobretudo porque aumentou a percepção de que as comunidades e a sociedade civil estão cada vez mais fortalecidas e com conhecimentos para abordar questões ambientais e sociais do sector extractivo, a título de exemplo no distrito de Angoche o Plano de Responsabilidade Social foi revisto e convocou-se uma sessão do Conselho Consultivo do distrito porque as comunidades exigiram a electrificação de um dos bairros que tinha sido

excluído.

- As empresas HAIYU, KENMARE, ENI e ANADARKO e o governo começam a perceber que as questões de transparência e responsabilização no sector extractivo constituem ferramentas-chave para o garante de uma exploração dos recursos saudável e que traga ganhos mútuos, quer para empresa, para o estado e os cidadãos. A título de exemplo, em Haiyu e KENMARE para acções de grande impacto nas comunidades enviam cartas para AENA a solicitar a participação nos encontros de consulta pública, mediação de conflitos, planificação e prestação de contas. A ENI e Anadarko solicitaram ao MSG a sua participação activa no Comité de Coordenação do ITIE. O governo de Angoche solicitou a AENA para intervir em um processo de conflito relacionado com a implementação do Plano de Responsabilidade Social da Haiyu Mining. A ministra dos Recursos Mineirais solicitou a criação de um grupo de trabalho para garantir o dia a dia da implementação da ITIEM, para esse grupo 3 OSC's foram integradas.

---

---

## **DESAFIOS ENFRENTADOS**

Embora se tenha alcançado resultados significativos na organização, os desafios ainda são grandes esperando que os mesmos possam ser contronados em projectos futuros:

- Garantir a longevidade dos projectos existentes e estabelecer novas parcerias uma vez que muitos dos projectos terminam entre o primeiro e segundo trimestre de 2017.
- Preencher as lacunas existentes na área programática através de recrutamento de pessoal chave e competente: Oficial de Programas e Especialistas para as áreas de SANE e AMC.
- Angariar fundos para implementar o plano de formação do pessoal para especialização dos mesmos, sobretudo através de um fundo comum.
- Manter o nível orçamental no ano 2018 através de desenho de propostas de projectos e programa e através de produção e divulgação de material de publicidade da AENA e participar nos grandes eventos;
- Condução de pesquisas concebidas e implementadas pela AENA nas diversas áreas de intervenção da organização;
- Construir um proprio edificio da AENA para ultrapassar a pressão da subida da renda de escritório;
- Encontrar alternativas para rentabilizar a organização.

## **OPORTUNIDADES**

- O facto da AENA ter-se expandido para a actuação nas províncias de Cabo Delgado e Niassa é uma oportunidade para fazer sinergias com as organizações locais e aplicar para fundos de forma a garantir intervenções concertadas e sustentabilidade da AENA naqueles locais.
  - A presença a AENA em Maputo é uma oportunidade para visualizar a organização e garantir que a mesma possa encontrar espaços para influenciar políticas e normativas, bem como, estar mais próximo das agências de financiamento para angariar mais fundos para a organização.
  - O facto de 2018 ser um ano de eleições será um importante momento para que a AENA através da sociedade civil negociem com o governo e os parlamentares sobre que reformas se pretende que moçambique faça para uma maior inclusão dos cidadãos nos processo de governação e uma maior transparência e responsabilização de todos os actores.
  - Com a perspectiva do programa AGRI 2018-2020 a AENA vê como sendo uma oportunidade para criar um fundo comum de doadores e assim garantir a edificação de um escritório próprio para a organização.
  - Os fundos AGEIS ou Inovadores constituem uma oportunidade para a AENA implementar acções pontuais nas zonas de expansão trazendo sempre em manga as OSC's locais, de modo que agudize-se a perspectiva de colaboração em detrimento do protagonismo individual que cada vez se torna uma *“marca das organizações da sociedade civil”*.
- 
-

---

## CAPÍTULO IV. ANEXOS

---

- Anexo 1. relatórios de projectos de SANE;
- Anexo 2. Matriz de M&A;
- Anexo 3. Histórias de sucessos;
- Anexo 4. Tabela de editais;
- Anexo 5. Documentos emitidos;
- Anexo 6. cartas de correspondência, lista de presença, relatórios do workshop, videos, documentos respondidos;
- Anexo 7. Estudo produzido
- Anexo 8. Listas de presenças e relatórios de mesas redondas, jornadas e workshops;
- Anexo 9 dados de beneficiarios das comunidades;
- Anexo 10. Draft do plano de reassentamento de pilivili e minutas de monitoria);
- Anexo 11. Carta da Haiyu;
- Anexo 12. PLA de Larde;
- Anexo 13. Relatório do Seminário
- Anexo 14. Videos dos dois dias e relatório da conferência;
- Anexo 15. Documentos aprovados;
- Anexo 16. Politica elaborada;
- Anexo 17. Contractos de trabalho;
- Anexo 18. Relatório da Administração e Finanças.